



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001603-18.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Guilherme Enrique Donato e outro**
 Requerido: **Irene do Carmo Cecconi**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS**

Vistos.

Guilherme Henrique Donato e Vera Lúcia Maria Donato ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais contra **Irene do Carmo Cecconi**. Alegaram, em síntese, que a autora foi induzida a erro pelo autor, ao subscrever instrumento de confissão de dívida e, na sequência, escritura pública, quando acreditava estar vendendo imóvel de propriedade de ambos. Descreveram detalhes dos pagamentos. A ré ajuizou ação de execução de título extrajudicial e os autores opuseram embargos à execução. Argumentam que a ré cobrou valor já pago (R\$ 30.000,00), e disso decorre o pedido de indenização por danos materiais e morais, ambos na mesma quantia. Juntaram documentos.

Deferiu-se a gratuidade processual.

A ré foi citada, contestou e apresentou reconvenção. Alegou, em suma, que a execução e os embargos foram sentenciados, rejeitando as pretensões deduzidas pelos autores. Trouxe preliminar de inépcia da petição inicial e carência de ação. Impugnou o benefício da gratuidade processual. No mérito, afirmou que não houve prática de ato ilícito pela ré. Impugnou os danos materiais e morais pleiteados. Imputa litigância de má-fé aos autores, impondo-se multa. Pediu a improcedência da ação. Em reconvenção, pediu a condenação dos autores ao pagamento da indenização por danos materiais e morais postulada pelos autores-reconvindos, no montante de R\$ 60.000,00.

Os autores apresentaram réplica.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Determinou-se a distribuição da reconvenção.

Sobreveio informação do Cartório de que a ré-reconvinte desistiu da reconvenção, aguardando-se decisão apenas de cunho processual naqueles autos.

É o breve relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

As arguições de inépcia da petição inicial e de carência de ação relacionam-se ao mérito da pretensão deduzida, uma vez que sustentam a falta de embasamento da pretensão deduzida nesta ação indenizatória. Portanto, devem ser rejeitadas.

Não se acolhe, ainda, a impugnação à gratuidade processual, deferida aos autores, pois a ré não trouxe nenhum elemento apto o suficiente para afastar a benesse, verificando-se que a gratuidade foi também deferida a eles nos autos dos embargos à execução, envolvendo as mesmas partes (processo nº 1013271-20.2017. 8.26.0566).

No mérito, o pedido é improcedente.

Reconheceu-se nos embargos que a execução, levada a efeito pela ré, estava embasada em título extrajudicial líquido, certo e exigível, conforme sentença anexada às fls. 75/79. Confira-se o seguinte excerto:

Observa-se, de início, que os embargantes firmaram instrumento particular de confissão de dívida, no dia 06 de março de 2017, com firmas reconhecidas em Cartório (fls. 31/33). Na sequência, firmaram escritura pública de confissão de dívida com garantia hipotecária, em Tabelião de Notas, no dia 29 de março de 2017, título que embasa a execução (fls. 34/37).

Nesses termos, é preciso assentar, de plano, que a embargante não é avalista, mas codevedora, isto é, devedora solidária, de forma que não há que se falar em necessidade de outorga para validade da obrigação assumida, respondendo pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

integralidade do débito solidariamente com o marido.

Ademais, não há vício algum de consentimento. Caso tivesse sido firmado um instrumento particular de confissão de dívida, apenas, poder-se-ia questionar a respeito. Mas a devedora firmou também escritura pública de confissão de dívida, sob a supervisão e orientação de tabelião de notas, o que afasta dúvida sobre sua sanidade mental.

Ainda, a embargante junta aos autos apenas documentos que apontariam problemas de saúde (por exemplo, o de fl. 79), mas que em nada se referem à plena compreensão do negócio jurídico e, portanto, são estranhos à causa em apreço.

(...)

Quanto aos valores em execução, verifica-se que a petição inicial da execução apresenta regularmente o título, o valor devido e a forma de atualização do débito (fls. 53/60), permitindo-se a compreensão segura do valor devido. Aliás, o caso é simples, pois se trata de execução de instrumento público de confissão de dívida, com menção expressa aos valores, forma de pagamento e garantia ofertada em caso de inadimplemento.

De outro lado, no que toca ao excesso de execução em embargos, estabelece o artigo 917, § 3º, do Código de Processo Civil: Quando alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à do título, o embargante declarará na petição inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.

Por isso, caberia à parte embargante declarar na petição inicial o valor que entendia correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. Como isto não ocorreu, a rigor, na dicção do § 4º, inciso I, do mesmo dispositivo legal (...) o juiz não examinará a alegação de excesso de execução. Mas, como posteriormente à inicial, sem propriamente aditá-la, os embargante apresentaram os valores que reputavam em excesso, conforme relatório desta sentença, cumpre analisá-los.

Afirma-se que houve transferência de R\$ 12.000,00, de conta do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

embargante para a da embargada, no dia 10/04/2017 (fls. 75 e 82). Entretanto, não há como afirmar que se trate de adimplemento parcial da obrigação, até porque, nos termos do título executivo, a comprovação do pagamento se daria de outra forma, qual seja, notas promissórias quitadas ou declaração de quitação pela credora, ora embargada, o que não ocorreu (fl. 34).

Ademais, os dois pagamentos realizados por terceiro, Lourivaldo A Santos Me, de R\$ 9.000,00 (fls. 75 e 84/87), também não guardam relação com a causa, pois não se trata de devedor. Se esse terceiro efetuou algum pagamento, haja vista a sociedade de fato mencionada nestes embargos, trata-se de questão a ser dirimida entre os embargantes e ele, não prejudicando a pretensão executória da embargada.

E, nos referidos autos, os autores, lá embargantes, desistiram do recurso de apelação, operando-se, assim, o trânsito em julgado em desfavor deles.

Nesses termos, não há como acolher o pedido de indenização por danos materiais e morais, que está embasado justamente em possível de valor já pago, pois isto já foi rechaçado em decisão não mais passível de modificação, esgotando-se a prestação jurisdicional.

Por fim, verifica-se que não é caso de se analisar o pedido deduzido na reconvenção, uma vez que a ré desistiu do pleito, prosseguindo-se naqueles autos apenas para verificação de eventual litigância de má-fé quanto à gratuidade processual requerida (certidão de fl. 121).

Afasta-se, ainda, a alegação de litigância de má-fé dos autores, pois a pretensão indenizatória estava mesmo condicionada ao desfecho dos embargos à execução, os quais, como visto, foram julgados improcedentes. Ademais, como lá consignado, descabe condenação em litigância de má-fé, em relação a quaisquer das partes, porque ambas atuaram no curso do procedimento na tentativa de demonstrar a veracidade de suas alegações e, além disso, como já assentado, a aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno os autores ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma, em face da gratuidade deferida.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 14 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**